



MINC/PROTOCOLO CENTRAL

SAD nº 37330/2010

Em, 30/08/2010

Juliano

São Paulo, 23 de julho de 2010.  
Ofício nº 003/2010

Ao  
Excelentíssimo Senhor Ministro da Cultura Juca Ferreira  
Esplanada dos Ministérios, Bloco "B",  
Brasília – DF, CEP 70.068-900

Ref.: Anteprojeto de lei que altera a Lei Federal 9.610/98 apresentado pelo Ministério da Cultura para consulta pública em 14/06/2010

Excelentíssimo Senhor;

A Associação Brasileira de Difusão do Livro – ABDL, é uma associação civil sem finalidade lucrativa, com sede e foro na Rua Marquês de Itu, 408 – cj. 71 – São Paulo/SP – CEP 01223-000, tem por finalidade o fomento e a difusão do livro no Brasil, bem como a defesa dos diversos interesses pertinentes às categorias de associados, que editem, distribuam, vendam ou revendam o livro em quaisquer formatos, pelo sistema de venda direta.

Pela presente a ABDL vem se manifestar sobre o anteprojeto de Lei de reforma da legislação autoral vigente apresentado pelo Ministério para consulta pública nos seguintes termos:

Verifica-se que o anteprojeto de emenda à Lei de Direitos Autorais, conserva os aspectos negativos que apontamos nas discussões, a começar pela sua formulação primordial. Observamos especialmente o art. 1º, que tem a proposta de redação seguinte:





**Levando o livro a sério**

Art. 1º Esta Lei regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos, e orienta-se pelo equilíbrio entre os ditames constitucionais e proteção aos direitos autorais e de garantia ao pleno exercício dos direitos culturais e dos demais direitos fundamentais e pela promoção do desenvolvimento nacional.

Parágrafo único. A proteção dos direitos autorais deve ser aplicada em harmonia com os princípios e normas relativos à livre iniciativa, à defesa da concorrência e à defesa do consumidor.

O dispositivo da lei vigente já está bastante claro. O texto adicional proposto é óbvio e redundante, uma vez que toda e qualquer lei se orienta pela Constituição Federal, de forma que todos os princípios citados no texto do art. 1º proposto já se encontram previstos na Constituição Federal, estando a lei de direitos autorais sujeita aos princípios citados. Além disso, ao afirmar no parágrafo único que "a proteção dos direitos autorais deve ser aplicada em harmonia com os princípios e normas relativos a livre iniciativa, a defesa da Constituição e a defesa do consumidor", o texto invade disposições cogentes em outras leis, o que constitui defeito técnico. A redação é desnecessária e o excesso de texto pode dificultar a interpretação da lei.

Com relação ao art. 4º verificamos uma redação que é, tecnicamente, contraditória, pois a lei declara, taxativamente, que a sua interpretação é restritiva e, logo a seguir, amplia essa interpretação:

Art. 4º Interpretam-se restritivamente os negócios jurídicos sobre os direitos autorais, visando ao atendimento de seu objeto.

O texto adicional proposto para o art. 4º deve ser suprimido. A expressão "visando ao atendimento de seu objeto" torna o texto ambíguo e suscetível de interpretações muito amplas. Da forma com a qual está redigido, o texto adicional pode ter efeito contraditório ao princípio do próprio artigo que é estabelecer interpretação restritiva aos negócios jurídicos sobre direitos autorais.





O parágrafo 2. do artigo 6 é desnecessário, eis que o mesmo repete o que se contem no Código Civil. O texto apresentado reclama uma redação melhor mais condizente com a tradição legislativa do Brasil

Art. 6o Não serão de domínio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios as obras por eles simplesmente subvencionadas.

Art. 6º-A Nos contratos realizados com base nesta Lei, as partes contratantes são obrigadas a observar, durante a sua execução, bem como em sua conclusão, os princípios da probidade e da boa-fé, cooperando mutuamente para o cumprimento da função social do contrato e para a satisfação de sua finalidade e das expectativas comuns e de cada uma das partes.

§ 1o. Nos contratos de execução continuada ou diferida, qualquer uma das partes poderá pleitear sua revisão ou resolução, por onerosidade excessiva, quando para a outra parte decorrer extrema vantagem em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis.

§ 2o. É anulável o contrato quando o titular de direitos autorais, sob premente necessidade, ou por inexperiência, tenha se obrigado a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, podendo não ser decretada a anulação do negócio se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.

Além disso, o parágrafo segundo estabelece como critério para anulação do contrato a "inexperiência" do titular de direitos. Tal expressão é bastante subjetiva e pode ser interpretada de forma muito ampla. Cabe esclarecer que tal dispositivo traz insegurança para o negocio jurídico.

A defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público" é um dever inquestionável do Estado, tendo-se em conta que tais obras invadem o vasto mundo da criatividade, indo das obras literárias, aos painéis e monumentos públicos. Sua defesa não pode ser transferida a outro, como pretende o projeto no art. 24.





a) A legislação citada no texto da proposta de alteração faz menção à

No que tange às limitações do Direito Autoral, o anteprojeto de emenda comete alguns enganos – ou erros – que não podem ser admitidos, uma vez que institui com foros de legalidade certos conceitos inadequados. O texto original da lei é simples e objetivo, limitando-se a dizer:

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais a utilização de obras protegidas, dispensando-se, inclusive, a prévia e expressa autorização do titular e a necessidade de remuneração por parte de quem as utiliza, nos seguintes casos:

A redação proposta para o artigo 46 se mostra desnecessária, pois uma vez que o texto já determinado que “não constitui ofensa aos direitos autorais”, resta claro que não é exigível a previa autorização, bem como a remuneração.

A seguir passa a mencionar os casos específicos, entre os quais se destacam atentados aos direitos de autor, que a lei pretende consagrar como a permissão para permite a reprodução, por qualquer meio ou forma, de obra legitimamente adquirida; a reprodução, por qualquer meio ou forma, de uma obra permitindo a sua portabilidade ou interoperabilidade; a permissão para distribuição e colocação a disposição do público de obras para deficientes “sempre que a deficiência implicar, para gozo da obra por aquelas pessoas, necessidade de utilização mediante qualquer processo especifica ou ainda de alguma adaptação da obra protegida, dentro outros que abaixo transcrevemos

A proposta de alteração insere novos dispositivos para o qual não há equivalente na legislação anterior:



XVI – a comunicação e a colocação à disposição do público de obras intelectuais protegidas que integrem as coleções ou acervos de bibliotecas, arquivos, centros de documentação, museus, cinematecas e demais instituições museológicas, para fins de pesquisa, investigação ou estudo, por qualquer meio ou processo, no interior de suas instalações ou por meio de suas redes fechadas de informática;

Este dispositivo embora não fale em reprodução, na prática se assemelha a reprodução de exemplares, uma vez que um único exemplar pode ficar acessível a inúmeras pessoas. Este dispositivo pode prejudicar a exploração normal da obra e não oferece qualquer contrapartida ao titular de direitos autorais, motivo pelo qual deve ser excluída.

XVII – a reprodução, sem finalidade comercial, de obra literária, fonograma ou obra audiovisual, cuja última publicação não estiver mais disponível para venda, pelo responsável por sua exploração econômica, em quantidade suficiente para atender à demanda de mercado, bem como não tenha uma publicação mais recente disponível e, tampouco, não exista estoque disponível da obra ou fonograma para venda; e

Além disso, de forma redundante insere um parágrafo único que fere frontalmente os direitos de exploração da obra pelo autor estabelecendo o seguinte:

Parágrafo único. Além dos casos previstos expressamente neste artigo, também não constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução, distribuição e comunicação ao público de obras protegidas, dispensando-se, inclusive, a prévia e expressa autorização do titular e a necessidade de remuneração por parte de quem as utiliza, quando essa utilização for:





O texto acima proposto é absolutamente redundante, repete o que dispõe o caput do art 46 e é excessivo ao passo que discorre sobre a dispensa de previa autorização e remuneração conforme já comentamos com relação ao texto do art. 46

I - para fins educacionais, didáticos, informativos, de pesquisa ou para uso como recurso criativo; e

II - feita na medida justificada para o fim a se atingir, sem prejudicar a exploração normal da obra utilizada e nem causar prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores.

Os incisos I e II são completamente inadequados e autorizam a reprodução, a distribuição e a comunicação ao público de obras protegidas para fins educacionais, didáticos, informativos de pesquisa, desde que feita na medida justificada para o fim a se atingir e que não cause prejuízo à exploração normal da obra ou aos seus autores. O texto contém expressões muito amplas como "fins educacionais, didáticos, informativos, de pesquisa", dentro destas expressões podem ser enquadradas inúmeras situações. Observamos ainda que há subjetividade na expressão "sem prejudicar a exploração normal da obra e nem causar prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores". Embora tais expressões estejam presentes na Convenção de Berna, não é adequado que estas sejam dispostas no texto legal desta forma.

Estes dispositivos eliminam os direitos do autor que anteprojeto deveria defender.

A seguir o anteprojeto de emenda faz referência sobre a cessão de direito de autor, obrigando seus titulares (pelo emprego do verbo "deverá") a registrar os referidos contratos.. O que deveria ser, como na lei atual, uma faculdade, torna o instituto uma obrigação, nos seguintes termos:



§ 1o A cessão dos direitos do autor deverá ser averbada pelo cessionário à margem do registro a que se refere o art. 19 desta Lei, quando a obra estiver registrada, ou, não estando, o instrumento de cessão deverá ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

A lei não estabelece forma especial para a cessão de direitos autorais, em razão disso, exigir registro em cartório de Títulos e documentos trata-se de onerosidade desnecessária e obrigação de tornar pública tratativa que somente às partes interessa.

O anteprojeto de emenda a seguir (no capítulo VI) trata da obra sob encomenda, o que é positivo, já que a lei atual foi pobre nesse setor, que, alias, é muito importante na vida editorial. O mesmo se pode dizer das obras decorrentes de vínculo empregatício. São pontos positivos no anteprojeto apresentado.

Citamos sobre este tema o parágrafo primeiro, ao qual sugerimos a inclusão de expressão complementar:

Sugerimos:

Art. 51. A cessão dos direitos de autor sobre obras futuras abrangerá, no máximo, o período de cinco anos contado a partir da data de assinatura do contrato.

A data de assinatura do contrato pode não coincidir com o prazo de entrega da obra. Poderão ocorrer situações em que a entrega da obra ocorra a poucos meses do prazo final de contrato. Neste caso o cessionário ficaria prejudicado por não ter tempo hábil para a exploração da obra. Sugestão que o prazo conte da entrega da obra.

Ao tratar do assunto referente a multas e outras penalidades, infelizmente a proposta de emenda da lei de direito autoral, deixa muito a desejar, visando, inclusive, penalizar o autor, o que abriria espaço para uma longa jornada de artigos e itens sobre o assunto, sem qualquer resultado prático. Diz a proposta do artigo 110 "A" "A": "O titular de direito autoral, ou seu mandatário, que, ao exercer seu direito de forma abusiva, praticar infração de ordem econômica sujeitar-se-á, no que couber, as disposições da lei 8.884 de 11 de julho de 1994, sem prejuízo das demais sanções cabíveis."



Essa lei institui o Conselho Administrativo de Defesa Econômica e nada tem a ver com o problema autoral. O problema além disso, é regulado no Código Civil, pelo seu artigo 157. que trata, justamente, da lesão a direitos., Não cabe, pois, entrar numa lei de direitos autorais, aquilo que já está inscrito em lei geral e mais abrangente., como é o Código Civil.

Tais são, sinteticamente, as observações sobre o anteprojeto de emenda a lei de direitos autorais.

Atenciosamente,

Luís Antonio Torelli

Presidente